



Prefeitura Municipal  
de Birigui

## **Prefeitura Municipal de Birigui**

CNPJ 46.151.718/0001-80

Inscr. Estadual: 214.152.306.114

End. Pça. Gumerindo de Paiva Castro s/n. - CENTRO  
BIRIGUI – SP. CEP- 16200-015. Fone/Fax.(18) 3643-6235  
E-MAIL – [almoxarifado.saude@birigui.sp.gov.br](mailto:almoxarifado.saude@birigui.sp.gov.br)



Birigui, 08 de agosto de 2.013.

Ofício 0065-2013.

Ao Senhor.

Walter Fantoni Júnior.

Pregoeiro Oficial.

Assunto: Resposta ao recurso administrativo apresentado pela empresa Nacional Comercial LTDA, CNPJ: 52.202.744/0001-92 – Pregão Presencial nº 70/2013.

Senhor Pregoeiro, a matéria já tinha sido alvo de impugnação anteriormente e INDEFERIDA por Vossa Senhoria com o apoio da área técnica haja vista que esta Administração não pode ficar adstrita aos produtos mais antigos quando já existem no mercado produtos, no caso, seringas que conferem maior proteção ao usuário, seus familiares e aos profissionais de saúde. Em busca da melhoria pesquisamos em outros órgãos públicos e chegamos à conclusão que o sistema de retração automática é o mais confiável no mercado no momento. Como exemplo, citamos a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO** e o próprio **GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO** que utiliza tal seringa e desclassificou a marca ofertada pela Recorrente como comprovado por não atender o descritivo do objeto, através de cópias das Atas de ambos como segue em anexo a este. Conta ainda o fato de que as seringas licitadas não exigem seu descarte em coletores de materiais perfuro-cortantes, trazendo economia nessa questão.

Suponha-se, por exemplo, que um paciente diabético seja portador de doenças como hepatite, HIV, etc..., venha a descartar a seringa utilizada no lixo doméstico e a mesma, por acidente, venha a ferir pessoas que manuseiem os próprios lixos domésticos ou parentes próximos que por ventura façam a aplicação de insulina no diabético portador de doença infecto contagiosa. O que acontecerá? Na melhor das hipóteses essa nova pessoa que não era paciente passará a ser, deverá tomar o coquetel anti-HIV, etc., tudo custeado pelo município. Além do custo financeiro, deve-se somar o custo emocional do risco de exposição a uma possível contaminação de uma grave moléstia. Também por tal razão optou essa municipalidade por produtos de retração automática!

A empresa Nacional deseja que o mercado e esta administração adquiram somente os produtos que comercializa e pelo visto quando aparecem produtos de marcas, modelos ou especificações diferentes, que estão fora do raio de comercialização da mesma, o que não seria o caso visto que a mesma por ser representante da marca BD possui a seringa denominada **BD INTEGRA DE RETRAÇÃO AUTOMÁTICA**, somos tachados de maus feitores e ímprobos, como leva a crer peça leitura da peça recursal apresentada pela mesma. Que em nossa concepção poderia inclusive esta administração aciona-los judicialmente por danos morais.

A seringa BD possui inclusive registro na ANVISA e o modelo de retração automática denominada INTEGRA, marca que a empresa Nacional Comercial Hospitalar representa e poderia cotar durante o certame, é apresentada no próprio site da BD (<http://www.bd.com/brasil/products.asp>) e através de registro na ANVISA nº 10033430374, inclusive a BD intitula a tecnologia de retração automática como sendo **“O FUTURO DA SEGURANÇA”**.

Quanto ao produto WANTEFU, foi verificado que a seringa também atende ao edital, pois possui as características técnicas que a habilitam. Inclusive com registro no Ministério da Saúde.

O intuito da empresa Nacional Comercial Hospitalar neste processo foi simplesmente de causar confusão e obstrução no andamento do certame. A empresa agiu de má fé apresentando um produto que era sabido por eles que não atenderia ao edital. A empresa em sua proposta não especificou seu produto, colocando no campo marca somente “BD CONSUMO” e isto poderia ter levado a comissão técnica ao erro. Verificado através do registro de seu produto que a empresa cotou a seringa de marca BD SAFETYGLIDE, registro ANVISA nº 10033439050, cujo catálogo anexo. Este produto sequer possui retração da agulha conforme verificado em se catálogo anexo.

Conforme a resposta da impugnação não houve direcionamento, pois várias empresas poderiam fornecer produtos que atendiam perfeitamente as especificações do edital. Em diligência, juntamos o presente alguns catálogos que comprovam existirem outros modelos dentro da especificação proposta no termo de referência.

#### **PORTARIAS ANVISA E INMETRO.**

Alega a empresa NACIONAL que os produtos comercializados pela empresa vencedora RDF COMERCIAL HOSPITALAR LTDA não estariam aptos a serem fornecidos considerando a ausência de certificados do INMETRO exigida pelas normas da ANVISA, quais sejam: RDC 03 de 2011 e 08 de 2012.

Tal situação levantada merece uma análise cuidadosa por parte da Administração e, considerando que a RDC 08 de 2012 somente exige a certificação do INMETRO para produtos fabricados após sua vigência que se iniciou em 30/06/2013, devemos ressaltar que os produtos a serem eventualmente entregue a esta administração (registro de preço) devem estar dentro do prazo de validade preconizado no edital e serem fabricados antes de 30/06/2013. Se fabricados posteriormente deverão possuir a certificação do INMETRO que alude às normas da ANVISA mencionadas.

#### **PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO DIABÉTICO.**

Tal exigência sequer foi solicitada no edital, haja vista que esta Administração já disponibiliza o programa de educação conforme a Lei Federal nº 11.347 de 2006, bem como a portaria nº 2583 de 2007 do Ministério da Saúde.

Pelos motivos expostos entendemos que o recurso apresentado não merece provimento. Sem mais para o momento agradecemos vossa atenção desde já.

Atenciosamente.

Soraya M. Fernandes Avelino

Chefe da Seção de Enfermagem

Andréa Benvenuta Antonio

Secretaria Municipal de Saúde

